



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Saúde  
Presidência da Comissão Especial de Licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO 90040/2026**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UASG: 926995**

**PROCESSO: 23.29.000046579-1**

**OBJETO**

Aquisição de equipamentos e insumos para implementação do laboratório de diagnóstico molecular e sorológico de acordo a disponibilidade do recurso repassado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS N 1.877, de 17 de novembro de 2023 e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, para atender às necessidades da Diretoria de Vigilância em Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde na modalidade pregão eletrônico, com entrega em parcela única (pronta-entrega- 14.133/2021), conforme especificações e quantidades e demais requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**Valor Estimado Sigiloso – Conf. Art. 24 da Lei 14.133/2021**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **23/06/2026** às **09h** (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço por Item

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

MISTA	
Ampla Participação	Item 1
Exclusivos para ME/EPP/EQUIPARADAS	Itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23.

**INFORMAÇÕES GERAIS:**

Os documentos decorrentes da licitação que necessitarem de assinatura do CONTRATADO, como por exemplo: Contratos e Atas de Registros de Preços, serão disponibilizados de **forma eletrônica**, para tanto, é necessário a realização de cadastro pelo representante da empresa/instituição responsável pela assinatura no site: <https://www.goiania.go.gov.br/sei/> (Cadastro de usuário externo).

**Sumário**

- [1. DO OBJETO](#)
- [2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [6. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [7. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [8. DOS RECURSOS](#)
- [9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)
- [12. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA](#)
- [13. ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR](#)
- [14. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS](#)
- [15. ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO](#)

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026**

**O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante denominada SMS, torna público aos interessados, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 966, de 15 de março de 2022, Decreto Municipal nº 2.469, de 25 de junho de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Aquisição de equipamentos e insumos para implementação do laboratório de diagnóstico molecular e sorológico de acordo a disponibilidade do recurso repassado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS N 1.877, de 17 de novembro de 2023 e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, para atender às necessidades da Diretoria de Vigilância em Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde na modalidade pregão eletrônico, com entrega em parcela única (pronta-entrega- 14.133/2021), conforme especificações e quantidades e demais requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I, deste Edital.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e que **possuam atividades econômicas compatíveis ao objeto da licitação**.

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a

responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** O certame possui itens de ampla participação de interessados e itens de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), conforme demonstrado na tabela constante do item 1 do termo de referência - Anexo I.

**2.5.1.** Para os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**2.5.2.** A obtenção do benefício às microempresas e às empresas de pequeno porte que, é limitado as empresas que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.5.3.** O item 1 não será objeto de aplicação de cota reservada, nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista tratar-se de apenas uma unidade, o que o torna indivisível.

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

## **2.7. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.7.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.8.** O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.11.** O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

#### **3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

**3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**3.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.5.1.** Em itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.5.2.** Para os itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**3.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.10.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.10.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.11.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário e total do item;

**4.1.2.** Marca;

**4.1.3.** Fabricante;

**4.1.4.** Quantidade.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**4.3.** Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o instrumento convocatório e anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e quando a contratação envolver recursos da União, também pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais).

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Para esta licitação, quanto ao envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**

**5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**5.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas (pelo próprio sistema) para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).



**5.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 2º do Decreto Municipal nº 2.469, de 25 de junho de 2024](#), nesta ordem:

**5.19.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.19.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesse decreto;

**5.19.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.19.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando houver.

**5.19.2.** Persistindo o empate, após a aplicação dos critérios constantes dos itens 5.19.1.1 ao 5.19.1.4, serão dadas preferências, na seguinte ordem:

**5.19.2.1.** empresas que se localizem no território do Município de Goiânia;

**5.19.2.2.** empresas brasileiras;

**5.19.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

**5.19.3.** Persistindo o empate nas propostas serão realizados os sorteios.

**5.19.4.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**5.19.5.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.19.6.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.19.7.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.19.8.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.19.9.** **É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**

**5.20.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** SICAF;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.1.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**6.1.5.** Para consulta de licitante pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 6.1.2 e 6.1.3 pela consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**6.6.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo** definido para a contratação;

**6.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

**6.7.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e**

**6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.**

**6.8.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.9.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.**

**6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.**

**6.13.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.14.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.15.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.16.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, caso seja essa a escolha do licitante.**

**7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



**7.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**7.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.7.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**7.7.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**7.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.8.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

**7.9.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação efetuada ao pregoeiro.

**7.10.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.10.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**7.11.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.12.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**8.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br)

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**9.1.5.** Fraudar a licitação

**9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**9.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#) e com o Decreto Municipal nº 966/2022, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1.** Advertência;

**9.2.2.** Multa;

**9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e com o Município e descredenciamento no Registro Cadastral de Fornecedores - Pessoas Físicas e Jurídicas da Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 03 (três) anos.

**9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3.** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

**9.3.1.** Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou

**9.3.2.** Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**9.4.** Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

**9.5.** A Contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação aos prazos fixados no contrato ou no instrumento convocatório será aplicado multa de mora de 0,5% (cinco décimos percentuais) ao dia, cumuláveis até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela entregue ou executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, podendo ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas.

**9.5.1.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no art. 5º do Decreto nº 966/2022.

**9.6.** Ultrapassado o prazo máximo previsto no item 9.5, pela inexecução parcial do objeto do contrato será aplicado multa percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da prestação não cumprida nos seguintes percentuais:

**9.6.1.** Do 16º ao 20º dia, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação não cumprida;

**9.6.2.** Do 21º ao 25º dia, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação não cumprida;

**9.6.3.** Do 26º ao 30º dia, multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor da prestação não cumprida;

**9.7.** Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias e até 30 (trinta) dias no cumprimento do prazo estabelecido em contrato para a entrega de bens ou execução de serviços.

**9.8.** Considera-se inexecução total o atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias no cumprimento do prazo estabelecido em contrato para a entrega de bens ou execução de serviços.

**9.9.** A inexecução total do objeto do contrato implicará a aplicação de multa compensatória no percentual de 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

**9.10.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

**9.10.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**9.10.2.** Der causa à inexecução total do contrato;

**9.10.3.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**9.10.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**9.10.5.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

**9.10.6.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**9.11.** A sanção prevista no subitem 9.10, impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.12.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

**9.12.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**9.12.2.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; natureza;

**9.12.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**9.12.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**9.12.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.13.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

**9.14.** A sanção prevista no item 9.12, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**9.15.** A Sanção de inidoneidade não afasta a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *enviada para o endereço eletrônico da Comissão Permanente de Licitação da SMS, através do endereço: [licitasms@goiania.go.gov.br](mailto:licitasms@goiania.go.gov.br)*;

**10.4.** A impugnante é responsável pela confirmação do recebimento da impugnação junto a equipe da Comissão Permanente de Licitação quando o requerimento for enviado por meio eletrônico.

**10.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.1.** Os preços praticados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da data do orçamento estimado pela Administração (07/05/2026), nos termos do Art. 25, § 7º da Lei 14.133/2021

**11.2.** O reajuste será calculado com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**, refletindo as variações inflacionárias ocorridas no período.

**11.3.** Caso o índice pactuado deixe de ser divulgado, ou seja, extinto, as partes poderão, de comum acordo, definir um novo índice que reflita adequadamente as variações econômicas, desde que ele tenha ampla divulgação e seja de uso comum no mercado.

**11.3.1.** As regras para o reajuste de preços serão as preconizadas pelo Decreto Municipal nº 5.201, de 22 de novembro de 2023.

**11.4.** A contratada assumirá responsabilidade pela manutenção do sigilo de todas as informações e dados obtidos no âmbito desta contratação, bem como quanto a ciência e cumprimento das normas de segurança estabelecidas pela contratante.

**11.5.** O descumprimento das obrigações de confidencialidade previstas no item 11.4 ou no termo de compromisso, por parte da contratada ou de seus funcionários e colaboradores, implicará na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na legislação vigente.

**11.6.** As obrigações de sigilo e confidencialidade permanecerão vigentes mesmo após o término ou rescisão do contrato decorrente desta contratação.

**11.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.11.** Não serão aceitos pelo(a) pregoeiro(a) “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, exceto:

**11.11.1.** Nos casos previstos na legislação da sede da licitante, devidamente comprovado;

**11.11.** As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente, salvo o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

**11.12.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [https://www.goiania.go.gov.br/sing\\_transparencia/licitacoes/](https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/).

**11.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**11.14.1.** ANEXO I - Termo de Referência

**11.14.2.** ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar - ETP

**11.14.3.** ANEXO III – Carta Proposta (Modelo)

**11.14.4.** ANEXO IV - Minuta de Contrato

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.

Luiz Gaspar Machado Pellizzer  
**Secretário**

## 12. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Aquisição de equipamentos e insumos para implementação do laboratório de diagnóstico molecular e sorológico de acordo a disponibilidade do recurso repassado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS N 1.877, de 17 de novembro de 2023 e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, para atender às necessidades da Diretoria de Vigilância em Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde na modalidade pregão eletrônico, com entrega em **parcela única (pronta-entrega- 14.133/2021)**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	727938	<p><b>PCR em tempo real:</b> Equipamento de PCR em tempo real para uso clínico com capacidade mínima de 96 poços e mínimo de 96 amostras por corrida. Bloco térmico com capacidade para 96 amostras (poços) por corrida. Características para amplificação: excitação por lâmpada halógena ou led, com no mínimo 4 filtros e câmera; Capacidade de multiplexação de no mínimo 2 canais. Características de temperatura: por método Peltier de aquecimento com precisão de no mínimo 0,5°C e uniformidade térmica de 0,5°C. Tempo mínimo de amplificação de 2h. Deve acompanhar computador compatível com o sistema e software para operação, o que possibilita análise e aquisição de dados em total conformidade com as especificações detalhadas; Software, cabo USB, Pen drive com software, manual, cabo de energia. Alimentação deve ser 220V.</p> <p><u>Garantia mínima de 12 (doze) meses, instalação, calibração inicial e treinamento para o uso.</u></p> <p>Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNIDADE	01
2	727946	<p><b>Termociclador PCR :</b> Termociclador automático para amplificação de DNA, com seis blocos de temperaturas independentes, capacidade de no mínimo 96 amostras em tubos de 0,2ml. Com tela colorida tipo touchscreen, configuração para editar e criar métodos de PCR durante a corrida. Com possibilidade de ciclagens padrão. Deve possuir interface com porta USB. Sistema de proteção contra excesso de pressão na tampa, rampa de aquecimento de 3 graus C/s ou maior, uniformidade de 0,5 graus C ou menor, acurácia 0,3 graus C ou menor. Deve acompanhar todos acessórios necessários. Alimentação deve ser 220 V. Um termociclador PCR</p>	UNIDADE	01

		convencional (não em tempo real) geralmente não possui canais. Ele é usado para realizar a amplificação de DNA por meio de ciclos de temperatura, mas não monitora a reação em tempo real. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.		
3	728063	<b>Sistema de eletroforese:</b> Cuba para eletroforese horizontal completa, construída em plástico ou material similar para separação de fragmentos de DNA e RNA em gel de agarose. Provida de tampa com alta transparência permitindo fácil visualização das amostras durante a corrida, com cabos de conexões elétricas, conectores e eletrodos identificados para garantir o posicionamento correto da tampa na base. Deve vir acompanhado dos acessórios para preparo e moldagem do gel de agarose: bandeja e no mínimo 4 modelos de pentes. Bandeja transparente com tamanho de, no mínimo, 10x10cm ou maior. Capacidade máxima de até 100 amostras. Fonte de alimentação de tensão 300 V. Alimentação deve ser 220 V Garantia mínima de 12 (doze) meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNIDADE	01
4	727954	<b>Transiluminador UV:</b> Área de iluminação 20 x 20 cm; dimensões do filtro 20 x 20 cm; potência de radiação das lâmpadas: 6 lâmpadas de 8W ou de 15W; ajuste de intensidade de luz 70% e 100%; comprimento de onda da luz UV (302/ 306/ 312nm); dimensões (C x L x A) 42cm x 29cm x 14cm; e alimentação Bivolt automático. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNIDADE	01
5	727962	<b>Centrífuga refrigerada:</b> Velocidade de centrifugação: 500 a até 15.000rpm (incrementos de 100rpm). Força centrífuga relativa (RCF) até 21.400xg (incrementos de 100xg); tempo de aceleração até a velocidade máxima: 25 segundos; capacidade do rotor padrão: até 24 tubos de 1,5-2,0mL e adaptadores para tubos de 0,5mL ou 0,2mL; baixo aquecimento de amostras (menos de 10°C após uma hora de centrifugação); rotor autoclavável (121°C, 20 minutos); ajuste de RMP/RCF; rotor padrão de alumínio anodizado; ajuste de tempo para até 99 minutos; controle de temperatura (refrigeração): -10°C a 40°C. <u>Garantia mínima de 12 (doze) meses, instalação, calibração inicial e treinamento para o uso.</u> Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNIDADE	01
6	219207	<b>Agitador de tubos (vórtex):</b> Modo de operação contínuo ou por aproximação (ativação por toque); movimento de agitação orbital; diâmetro da órbita de 4 mm; velocidade ajustável até 2.800 RPM; plataforma superior em borracha preta (diâmetro de 5,5 cm); base em aço com pés de borracha antideslizante; estrutura interna em alumínio e externa com pintura epóxi anticorrosiva; potência do motor de 60W; tensão bivolt com chave seletora. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNIDADE	01
7	727970	<b>Agitador magnético:</b> Em alumínio injetado e acabamento em epóxi, tampa de alumínio, controle eletrônico linear de rotação e lâmpada piloto. Agita até 4 litros; diâmetro da tampa de 14 cm; altura 10 cm; faixa da rotação (r/min) 120 a 1.800; potência de 25 W; acompanhado barras magnéticas 9 x 25 mm; Garantia mínima de 12 (doze) meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNIDADE	01
8	727989	<b>Conjuntos de micropipetas variáveis</b> – Pipetas com corpo em ABS, base em PP e pistão em aço inox; Visor de volume com 3 dígitos; Ejetor lateral de ponteiros; Parte inferior (cone) autoclavável: (121°C, 15psi, 20min). Cada conjunto deve conter: 01 (uma) Micropipeta Volume variável Monocanal de 1 a 10ul. ; 01 (uma) Micropipeta Volume variável Monocanal de 10 a 100ul;	UNIDADE	03



		<p>01 (uma) Micropipeta Volume variável Monocanal de 100 a 1000ul;  01 (uma) Micropipeta Volume variável Monocanal de 1000 a 5000ul;  01 (uma) Micropipeta Volume variável Monocanal de 1000 a 10000ul;  01 (um) Suporte/Estante P/ 5 Micropipetas;  Obs. Cada conjunto deve ser considerado como uma unidade.  Garantia mínima de 12 (doze) meses.  Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>		
9	727997	<p><b>Pipeta Multicanal de 8 canais p10</b> - Pipeta Multicanal de 8 canais p10 Volume: 0,5 – 10µl. Volume de 1µl com precisão de ±96% e C. V. =4%. Volume de 5µl com precisão de ±97,5% e C. V. =2,5%. Volume de 10µl com precisão de ±98,5% e C. V. =1,5%. Multicanal com 8 canais; pistão em aço inox; cone de ponteira durável feita em PVDF; autoclavável; visor de volume com 3 dígitos; repouso para o dedo; ejetor lateral; pipetagem em 2 estágios; permite realizar pipetagem reversa; especificações conforme os padrões DIN 12650 &amp; EM-ISO 8655; sistema digital de parada após a configuração do volume.  Garantia mínima de 12 (doze) meses.  Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNIDADE	01
10	728004	<p><b>Pipeta Multicanal de 8 canais p200</b> - Peso em torno de 90 g. Sistema leve com baixa pressão para pipetagem. Vistor com 3 dígitos. Sistema de trava de volume impede a alteração acidental de volume durante a operação. Botão de pressão ampliado, arredondado e rotativo. Botão ejetor de ponteiros com 3 posições: esquerda, direita e central. Fácil calibração. Alta precisão e exatidão. Resistentes à exposição prolongada aos raios UV. Totalmente autoclaváveis (120 °C, 15 psi, 20 min.). Volume 20 – 200 µl.  Garantia mínima de 12 (doze) meses.  Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário..</p>	UNIDADE	01
11	728012	<p><b>Pipetador automático</b> - Corpo em ABS e cone em polipropileno, resistente à luz UV. Velocidade de aspiração e dispensação ajustável. Duas opções de dispensa (motor e gravidade). Bateria Íon-Lítio recarregável. Cone, filtro PTFE de 0,45 µm hidrofóbico e adaptador de silicone (121°C, 15 psi, 15 min.). Faixa de volume de 0,1 a 100 mL. Input AC 100-240 V e output 5 V, 1A. Carregador bivolt.  Garantia mínima de 12 (doze) meses.  Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNIDADE	01
12	699705	<p><b>Banho Maria</b> - Capacidade que atenda de <u>90 a 105 tubos</u>. Temperatura regulável por microprocessador digital. Cuba interna em aço inox sem emendas ou soldas. Capacidade entre 6,6 litros a 10 litros. Tampa em aço inox ou em plástico. Estrutura externa em aço inox ou aço ferro pintado. Aquecimento através de resistência blindada tipo tubular. Estante única para tubos de ensaio. Controlador de temperatura com display. Faixa de trabalho, no mínimo, entre -10° C e 120° C, com precisão igual ou melhor que ± 1,5°C. Alimentação deve ser 220V. Potência de 1000 watts.  Garantia mínima de 12 (doze) meses.  Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNIDADE	01
13	728020	<p><b>Placa aquecedora</b>- Equipamento utilizado para o aquecimento de moldes metálicos, cassetes plásticos e lâminas microscópicas. Equipamento com placa em alumínio ou material similar. Possui controlador de temperatura digital. Controle de temperatura ambiente máxima de no mínimo 300 °C, proteção contra superaquecimento. Dimensões mínimas da placa (LP): 300 x 300 mm. Potência mínima de 300 watts. Alimentação deve ser 220 V 50/60 Hz. Potência total 650/1000 watts. Fusível Rosqueável, 4Amp (220Vac), 5Amp (127Vac). Cabo de energia Trifilar PVC (2 fases e 1 terra), com plug de 3 pinos, NBR NM 243. Chave geral na parte frontal do equipamento. Controlador Digital 4 dígitos led para temperatura. Temperatura máxima na plataforma: 5°C acima da temperatura ambiente a 300°C +/- 2%. Garantia mínima de doze meses.  Garantia mínima de 12 (doze) meses.  Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNIDADE	01
14	699683	<p><b>Capela de fluxo laminar</b> Equipamento deve possibilitar criar áreas de trabalhos estéreis dentro de um laboratório, para garantir que os materiais biológicos, químicos e estéreis sejam manipulados de forma segura e sem risco</p>	UNIDADE	01

		<p>de contaminação. Equipamento de fluxo unidirecional para a manipulação de materiais não contaminados. Construída externamente em chapa de aço tratada com revestimento em epóxi eletrostático e plataforma em aço inoxidável. Sistema de ventilação tipo siroco. Filtro absoluto do tipo HEPA, plissado e emoldurado em aço galvanizado com eficiência de 99,99% na retenção de partículas de até 0,3 micras, pré-filtro plissado sintético. Filtro HEPA: FEA 919 plissado. Display digital, indicador da pressão diferencial do filtro absoluto HEPA, horímetro que indica minutos e horas corrido de funcionamento da cabine e outros parâmetros. Iluminação da área de trabalho com lâmpada fluorescente e lâmpada germicida. Dimensões mínimas: 600 x 450 x 75 mm. Alimentação deve ser 220 V. Capacidade de exaustão com vazão de 600 m³/h e potência de 52 W. Rotação de 3600 RPM.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>		
15	156523	<p><b>Aparelho Deionizador de água</b> - Utilizado para eliminar contaminantes da água por meio do sistema de destilação. Aparelho de coluna, 50 litros/hora. Rendimento – IN – Água E.65µS (L) 1850. Indicador de Saturação com Luz Verde 0 &lt;= 4 PPM ou 0 &lt;= 8 µS e Luz Vermelha &gt;4 PPM ou &gt; 8 µS. Faixa de Medição 0-999 PPM. Precisão ±2%. Temperatura Operacional 0 – 50 °C. Alimentação elétrica bateria 3V. Alimentação deve ser 220 V.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNIDADE	01
16	566950	<p><b>Aparelho osmose reversa</b> - Equipamento de purificação para a produção de água química e microbiologicamente pura. Aparelho de osmose reversa com vazão entre 10 e 20 Litros/Hora. Possuir no mínimo pré-filtro de 5 micras, filtro de carvão ativado, membrana de osmose, coluna deionizadora, bomba de pressurização. Deve acompanhar filtro absoluto. Deve acompanhar itens necessário para pleno funcionamento. Alimentação deve ser 220 V.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNIDADE	01
17	728039	<p><b>Centrífuga Laboratorial – MICROTUBOS:</b> Velocidade programável até 14.500 rpm. Força centrífuga relativa (RCF) programável até 14.000 x g. Capacidade para até 12 tubos de 1,5-2,0mL e adaptadores para tubos de 0,5mL ou 0,2mL. Baixo aquecimento de amostras (apenas 12°C após 30 minutos à velocidade máxima). Rotor de ângulo fixo, autoclavável (121°C, 20 minutos). Ajuste de RMP/RCF. Rotor padrão de alumínio anodizado. Ajuste de tempo para até 99 minutos. Tamanho compacto, apropriado para uso em bancada, câmara ou ambientes refrigerados. Alimentação deve ser 220 V</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p><u><b>Necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</b></u></p>	UNIDADE	01
18	728047	<p><b>Centrífuga Laboratorial – MICROPLACAS</b> - Rotor de ângulo fixo com eixo vertical. Display em LED. RPM máximo 2500rpm. RCF Máximo 500xg. Tipo de Rotor Ângulo fixo/ eixo vertical Timer 01 segundo a 99 segundos. Voltagem AC 110/220V. Frequência 50/60Hz. Potência 60W. Capacidade 2 placas de 48. Cabo de energia AC. Alimentação deve ser 220V.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p><u><b>Necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</b></u></p>	UNIDADE	01
19	566810	<p><b>Centrífuga para tubos Falcon de 15ml</b> - Faixa de velocidade 200 rpm a 6.000 rpm. Força máxima relativa de centrifugação 4.427 g. Compatibilidade de rotor. Ângulo de 12 x 15 ml. Swing Out Rotor 6 x 5 ml. Engrenagem de aceleração 10. Engrenagem de desaceleração 10. Dimensões (AxCxL) 266 mm x 392 mm x 291 mm</p> <p>Trava da tampa motorizado. Nível de ruído 60±2 dB(A)</p> <p>Alimentação Elétrica CA (incluso). Consumo de Energia 100 W. Tempo de execução contínuo. Ambiente de trabalho 2°C a 35°C, 80%UR, sem condensação. Deve comportar de 04 a 30 tubos. Alimentação deve ser 220V.</p> <p>Garantia mínima de doze meses.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p><u><b>Necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</b></u></p>	UNIDADE	01

20	525901	<p><b>Estufa de cultura microbiológica</b> Gabinete construído em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Câmara interna em aço carbono, com pintura em epóxi branco liso ou em aço inox. Saída superior respiro para gases, umidade ou acomodação do termômetro. Trilhos internos para deslocamento das bandejas. Sistema de fecho tipo rolete. Vedação com perfil de silicone de alta temperatura. Porta fusível, com fusível de proteção. Porta com puxador anatômico e abertura. Porta interna em vidro temperado, para visualização dentro da câmara sem perca de estabilidade térmica. Painel de controle dotado com LED indicador das fases do processo. Chave geral liga/desliga. Controlador eletrônico Alimentação 220 V. Temperatura de trabalho de + 5°C até 70°C. Capacidade 30 ou 36 litros. Resolução 0,1°C para indicação de temperatura do processo. Timer programável de 1 a 9999 minutos de 1 em 1 minuto. Homogeneidade térmica de +/- 1°C. Precisão do sistema +/- 1°C.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNIDADE	01
21	728055	<p><b>Geladeira com freezer</b> - Equipamento destinado à conservação sob refrigeração e/ou em baixa temperatura de materiais diversos. Modelo DC35A. Capacidade total 260 litros. Capacidade da geladeira em volume 207 litros. Freezer com capacidade em volume de 53 litros. Tipo de degelo Cycle defrost. Painel interno. Tipo de porta duplex, com duas portas. Com 3 níveis de temperatura. Com 3 prateleiras. Controle de temperatura do refrigerador e do freezer. Luz interior. Eficiência energética A. Potência 127: 108W   220: 101W. Frequência 60 Hz.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p><b>Necessário registro no INMETRO.</b></p>	UNIDADE	01
22	374261	<p><b>Leitora de Microplacas de Elisa</b> Leitora (fotômetro) dedicada, controlada por um microprocessador para ler e calcular os resultados de ensaios em uma placa de microtitulação. Leitora totalmente automática, inclusive seleção de filtros, deve possuir no mínimo os comprimentos de onda de 400 a 630nm. Realiza leitura por cinética e varredura da área do poço quando controlada por computador, cujo os tipos de microplacas são de 6 até 96 poços, na velocidade de 96 poços por no máximo 10 segundos. Método de detecção por absorbância. Capacidade do disco de filtros de 8 posições, com 3 filtros já instalados. Lâmpada halógena. Deve atender a regulamentação EU IVDD com marcação CE e TUV. Alimentação deve ser 220 V.</p> <p><u>Garantia mínima de 12 (doze) meses, instalação, calibração inicial e treinamento para o uso.</u></p> <p>Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNIDADE	01
23	220094	<p><b>Lavadora de placas de Elisa</b> Equipamento projetado para realizar lavagens simples e completas em microplacas nas rotinas laboratoriais. Lavadora automática de microplacas com no mínimo 08 canais, com display com visor de cristal líquido, com no mínimo 50 programas na memória, com teclado de membrana, com teste automático da pressão de vácuo. Deve possuir software on-board com sistema aberto para programação, volume residual: menor que 2µl (aspiração simples) menor que 12µl (aspiração dupla), precisão de dispensação: menor que 2% CV a 300µl. Deve acompanhar 04 frascos de reservatório de no mínimo 2 litros, mangueiras e cabo de alimentação. Alimentação deve ser 220 V.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNIDADE	01

**1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que são objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com o Decreto nº 965/2022 e Art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

**1.2.1.** A adoção da modalidade Pregão justifica-se por se tratar de procedimento licitatório obrigatório para a contratação de bens e serviços comuns pela Administração Pública, conforme previsto na legislação vigente e em consonância à natureza dos bens informado no subitem anterior.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

- 1.4. A proposta deverá conter o preço do objeto expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado para o(s) objeto(s) em algarismo arábico (unitário e total). A proposta deverá conter todos os seus elementos constitutivos, para que seja verificada a compatibilidade de acordo com a especificação.
- 1.5. O Gestor e Fiscal do Processo serão designados por ato pelo o ordenador das despesas mediante Portaria em resposta a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD Lei 13.709/2018) de Proteção de Dados.
- 1.6. Os fornecedores deverão apresentar especificações claras, completas e detalhadas do produto ofertado, inclusive indicando a procedência, marca e fabricante.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. DA EXIGÊNCIA DE LAUDO

4.1.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar laudo(s) técnico(s) e/ou informações técnicas em relação ao item ganhador, para a verificação da compatibilidade do item com as especificações constantes no descritivo e consequente aceitação da proposta, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.1.2. Serão exigidas ficha técnica dos itens:

a) Em que restarem dúvidas quanto ao correto enquadramento do produto ofertado em relação ao descritivo constante neste Termo de Referência;

b) Em que as empresas vencedoras do processo em questão que propuserem marcas que não são consagradas no meio técnico, podendo se tratar de itens de baixa qualidade que simplesmente não funcionam como deveriam, embora possuam descrição técnica semelhante à de objetos de boa qualidade. O julgamento pelo menor preço pode atrair o fornecimento de bens de pouca qualidade, devendo a Administração adotar cautelas para não adquirir material impréstável e, mais importante, evitar repetidamente contratar nessas condições.

4.1.3. A convocação para envio de ficha técnica será feita por meio de intimação, enviada por e-mail, no endereço cadastrado no momento da licitação.

4.1.4. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir da solicitação fundamentada pelo interessado, antes da expiração do prazo concedido, **sujeito a julgamento da área técnica para acato ou recusa**.

4.1.5. No caso de não haver entrega de laudo técnico, e/ou informações técnicas solicitados, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de ficha técnica fora do prazo indicado na intimação e fora das especificações previstas, **a proposta será recusada, acarretando a desclassificação do licitante**.

4.1.6. Se os laudos apresentados(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação dos laudos e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.7. A **reprovação será em relação à marca e/ou modelo**; sendo que, se naquela licitação uma marca ou modelo for desclassificado, esta desclassificação valerá para todas as empresas que apresentar o item da mesma marca e/ou modelo, independente da sua classificação em relação ao preço.

4.1.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.9. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

### 4.2. Subcontratação

4.2.1. A subcontratação será admitida para atender a logística dos serviços de transporte para a entrega dos produtos, tendo em vista que este serviço não corresponde a parcela de maior relevância do objeto.

### 4.3. Da garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), segundo Estudo Técnico Preliminar. "A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos".

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **45 (quarenta e cinco dias)** dias corridos, contados após o recebimento da ordem de entrega ou Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e acompanhados dos documentos fiscais respectivos, deve conter,

obrigatoriamente, a especificação do item, marca do fabricante e quantidade entregue, bem como o seu acondicionamento, deverá ser entregue em parcela Única.

**5.2. Na impossibilidade de entrega** na data assinalada, a empresa deverá comunicar à Administração as razões respectivas **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a entrega**, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.3.** Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, no seguinte endereço: Avenida Perimetral Norte, Condomínio Goiazém, Bloco E, Galpão 09 e 10, Vila João Vaz, CEP: 74.425-090, Goiânia.

**5.4.** As entregas deverão ser efetuadas mediante **agendamento prévio**, através do e-mail [ciad.goiania@branetlogistica.com.br](mailto:ciad.goiania@branetlogistica.com.br).

**5.5. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**5.5.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12(doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**5.5.2.** É de responsabilidade da contratada a instalação, calibração inicial e treinamento para o uso dos (itens 01, 5 e 22 do processo) quando da instalação.

**5.5.3.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**5.5.4.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**5.5.5.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**5.5.6.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**5.5.7.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

**5.5.8.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

**5.5.9.** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

**5.5.10.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**5.5.11.** Os custos decorrentes de intervenções realizadas durante o período de garantia contratual dos equipamentos serão de responsabilidade do Contratado.

**5.5.12.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

**6.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por meio de Portaria, com a nomeação de servidores da Superintendência de Vigilância em Saúde/Diretoria de Vigilância em Zoonoses/Gerência de Controle de Animais Sinantrópicos, responsáveis pelo pedido, para atuar como fiscais do contrato, e de servidores da Superintendência de Vigilância em Saúde/Diretoria de Vigilância em Zoonoses/Gerência de Controle de Animais Sinantrópicos para exercer a função de gestor(a) do contrato.

**6.4** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.5** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.6** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.7** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

- 6.8** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 963, de 2022, art. 15).
- 6.9** O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 963, de 2022, art. 14, § 1º);
- 6.10** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 15, do Decreto nº 963, de 2022).
- 6.11** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.12** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 6.13** O gestor e fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 963, de 2022).
- 6.14** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 963, de 2022).
- 6.15** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 963, de 2022).
- 6.16** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Art.13, X do Decreto nº 963 de 2022).
- 6.17** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Art. 13, XIV do Decreto 963 de 2022).
- 6.18** O descumprimento das obrigações de confidencialidade previstas nesta cláusula ou no Termo de Compromisso, por parte da contratada ou de seus funcionários e colaboradores, implicará na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na legislação vigente.
- 6.19** As obrigações de sigilo e confidencialidade permanecerão vigentes mesmo após o término ou rescisão deste contrato.

## **7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 7.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.8 DA LIQUIDAÇÃO**

- 7.8.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

- 7.8.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- b)** o prazo de validade;
- c)** a data da emissão;
- d)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- e)** o período respectivo de execução do contrato;



f) o valor a pagar; e

g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.8.1** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.8.2** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, conforme art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.8.3** Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.8.4** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.8.5** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.8.6** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize a situação fiscal e trabalhista.

## **7.9 PRAZO DE PAGAMENTO**

**7.9.1** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa.

## **7.10 FORMA DE PAGAMENTO**

**7.10.1** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sendo o este, responsável pelas taxas bancárias referentes a transação na situação em que for indicado banco distinto das contas da Contratante.

**7.10.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.10.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.10.4** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.10.5** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7.10.6** No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo previsto para pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) de correção Monetária.

**7.10.6.1** Não constitui atraso, a interrupção justificada do pagamento, ou seja, quando decorrer de irregularidades causadas pela contratada.

**7.10.7** Os preços praticados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.10.8** Os preços decorrentes desta contratação poderão ser reajustados após o período mínimo de 12 (doze) meses, com data base vinculada à data do orçamento estimado.

**7.10.8.1** Após 12 (doze) meses, o Valor contratado poderá ser reajustado utilizando-se do Índice de Preços Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do período.

**7.10.9** Caso o índice pactuado deixe de ser divulgado, ou seja, extinto, as partes poderão, de comum acordo, definir um novo índice que reflita adequadamente as variações econômicas, desde que ele tenha ampla divulgação e seja de uso comum no mercado.

**7.10.10** As regras para o reajuste de preços serão as preconizadas pelo Decreto Municipal nº 5.201, de 22 de novembro de 2023.

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

**8.2 Na presente contratação será utilizado para seleção de fornecedores, o modo de disputa “ABERTO”.** O modo de disputa aberto está previsto no artigo 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, permite a apresentação de lances públicos e sucessivos. Esse modelo fomenta a disputa saudável e transparente, alinhando-se aos princípios da economicidade e eficiência. Ademais, modo de disputa aberto é adequado para licitações com critério de julgamento pelo menor preço.

**8.3** A utilização do modo de disputa aberto com julgamento pelo menor preço traz os seguintes benefícios:

**8.3.1.1 Eficiência:** Simplifica a análise de propostas, diminuindo o esforço técnico necessário e os custos administrativos.

**8.3.1.2 Economicidade:** Incentiva a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração;

**8.3.1.3 Isonomia:** Todos os licitantes possuem as mesmas condições de participação.

**8.4** Assim, a escolha do modo de disputa aberto em licitações regidas pelo critério de menor preço é plenamente justificada pelos seus benefícios econômicos e operacionais, além de estar em total conformidade com o disposto no art. 56, inciso I, da Lei

nº 14.133/2021. Essa modalidade atende aos princípios da publicidade, transparência, eficiência e economicidade, essenciais para as contratações públicas.

**8.5** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**8.5.1 Habilitação Jurídica:**

- 8.5.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro de Empresas Mercantis, a cargo da junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5.1.2 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.5.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.5.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.5.1.5 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.5.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.5.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

**8.6.1 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.6.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.6.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.6.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.6.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.6.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.6.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.6.1.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.6.2 Qualificação Econômico-financeira**

- 8.6.2.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.6.2.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
  - a) I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
  - b) II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
  - c) III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
- 8.6.2.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.6.2.4 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);
- 8.6.2.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### 8.6.3 Qualificação Técnica

8.6.3.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.7 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.**

**8.8 Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica previstos em lei específica e que incidam sobre a atividade objeto da contratação.**

**8.8.1** Os itens (17, 18 e 19) que solicitam no descritivo o “registro na ANVISA/MS, apresentar Certificado de Registro emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no “Diário Oficial da União” com despacho da concessão de Registro, referente ao produto ofertado, ou declaração de isenção de registro relativamente aos registros.

**8.8.2** Os itens (17, 18 e 19) que solicitam no descritivo o “AFE” apresentar Autorização de Funcionamento da empresa licitante (AFE), expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal n.º 9.782/99 (art. 8º, inciso VI), ou ainda, declaração de isenção comprovada com documento oficial.

**8.8.3** Os itens (17, 18 e 19) que solicitam no descritivo o “Alvará Sanitário” apresentar Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal; tal como exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98;

## 9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**9.1** O valor estimado da contratação, será os preços unitários e totais obtidos pela pesquisa de preço de mercado a ser realizada pela Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo terá caráter sigiloso, conforme prerrogativa estabelecida no Art. 24 da Lei 14.133/2021.

**9.2** A adoção do orçamento sigiloso foi motivada pelas seguintes vantagens:

**9.2.1** Justifica-se que ao manter o orçamento sigiloso, as empresas concorrentes não têm acesso ao valor estimado pela administração pública para a contratação. Isso pode evitar que algumas empresas usem o conhecimento do orçamento para ajustar suas propostas apenas para vencer a licitação, promovendo uma competição mais justa, bem como, manter o orçamento sigiloso pode permitir que a administração pública negocie de forma mais eficaz com os fornecedores.

**9.2.2** Sem conhecer o orçamento, as empresas podem ser incentivadas a apresentar propostas mais competitivas, e a administração pode usar essa falta de informação a seu favor durante as negociações.

**9.2.3** O valor total da contratação será subsidiado com o recurso financeiro repassado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS N 1.877, de 17 de novembro de 2023.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela Dotação Orçamentária nº 2025.2150.10.305.0095.2784.44905200.107.62.

## 13. ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Conforme Art. 18, §1º, da Lei 14.133/2021

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**1.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa identificar e analisar as soluções para a implementação do laboratório de biologia molecular e sorológico na Diretoria de Vigilância em Zoonoses (DVZ), considerando a disponibilidade do recurso repassado pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS N 1.877, de 17 de novembro de 2023 e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º.

**1.2.** Para a aquisição de equipamentos para implementação do laboratório de diagnóstico molecular e sorológico, por licitação em parcela única, o termo de referência foi completamente elaborado com base no PROCOT. Trata-se de um programa de cooperação técnica de participação voluntária que visa à obtenção de informações técnicas de equipamentos disponíveis no mercado brasileiro.

**1.3.** Espera-se, com a implantação do diagnóstico molecular na DVZ, ter mais agilidade no diagnóstico, por meio das técnicas de reação em cadeia da polimerase (PCR) em tempo real e de ensaio imunoenzimático (ELISA), para doenças como leishmaniose

tegumentar, leishmaniose visceral, mayaro, raiva, doença de chagas, febre maculosa, febre amarela, dengue, zika, chikungunya e outras enfermidades de animais que impactam a saúde pública. O diagnóstico para os agravos citados possibilitará ações para a promoção e a proteção da saúde de humanos e animais. Neste sentido, será possível avaliar as mudanças na ocorrência dessas doenças, estabelecendo-se um perfil epidemiológico. Além disso, a Secretaria Municipal de Saúde do município de Goiânia contará com um laboratório com competência para atender demandas atípicas e de alta complexidade em casos emergências epidemiológicas.

## 2. ÁREA REQUISITANTE

Gerência de Controle de Animais Sinantrópicos / Diretoria de Vigilância em Zoonoses.

## 3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A aquisição dos itens, objeto deste estudo técnico não está contemplada no Plano Anual de Contratações, tendo em conta que o Município de Goiânia ainda

não implantou metodologia de trabalho baseada em plano de compras e contratações anual.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Contratada deverá obedecer ao termo de referência, seguindo suas cláusulas contratuais, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. A mesma deverá efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações do edital e da proposta, acompanhados do respectivo documento fiscal com quantidade, marca, lote e validade de acordo.

4.2. Ressalta-se que para descrição dos produtos foram realizadas pesquisas de mercado para identificação dos requisitos mínimos que atendam à necessidade do funcionamento do laboratório a ser implantado, ademais, explica-se que, para o objeto desta contratação, não há referência de especificação do catálogo eletrônico de padronização do Governo federal, bem como do Município de Goiânia. Deverão ser respeitados os padrões mínimos de qualidade, conforme descritos no item 7, deste ETP.

4.3. A aquisição será realizada pela modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, em remessa única, visando garantir o fornecimento de materiais de laboratório necessários à execução das análises e demais atividades técnicas desenvolvidas pela Gerência de Controle de Vetores da Diretoria de Vigilância em Zoonoses, no âmbito das ações de controle e combate às arboviroses.

4.4. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021, tendo suas especificações e padrões de desempenho e qualidade definidas por meio de especificações usuais de mercado.

4.5. Para contratação do objeto deste estudo técnico os participantes deverão comprovar os seguintes requisitos técnicos:

4.5.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, que comprove já ter a licitante, executado os serviços compatíveis ao objeto desta licitação, emitidos em papel timbrado, devidamente carimbados e assinados, certificando sua qualificação técnica para os respectivos serviços propostos, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

4.5.2. Apresentar Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal; tal como exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98;

4.5.3. Autorização de Funcionamento da empresa licitante - AFE, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 79.094/77 (art. 2º), Lei Federal n.º 9.782/99 (art. 7º, inciso VI) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98;

4.5.4. ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA da empresa proponente, exercida por profissional legalmente habilitado e regularmente inscrito em seu respectivo Conselho de Classe, conforme exigências legais aplicáveis;

4.5.5. CERTIFICADO DE REGISTRO do produto, emitido pela ANVISA/MS – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde, conforme estabelece o artigo 12 da Lei Federal no. 6360/76, bem como a Portaria 2.814/GM de 29 de maio de 1.998 – Ministério da Saúde (Gabinete Ministerial/ Ministério da Saúde), dentro da validade, ou publicação deste registro no Diário Oficial da União. Para efeitos de validade, serão considerados os últimos cinco anos do Diário Oficial da União.

4.5.6. Caso o registro esteja vencido, deverá ser apresentado também os documentos FP1 (Formulário de Petição 1) e FP2 (Formulário de Petição 2) que comprovem seu pedido de revalidação em tempo hábil, apresentados junto à ANVISA/MS, nos prazos fixados pela legislação sanitária.

4.6. Para aquisição do objeto deste estudo técnico os licitantes deverão comprovar atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, conforme requisitos do art. 62, da Lei 14.133/2021.

4.7. Justificativa técnica para a exigência de índices econômico-financeiros na habilitação de licitantes:

4.7.1. A exigência de demonstração da aptidão econômico-financeira dos licitantes é uma medida essencial para assegurar a contratação de empresas com capacidade de cumprir as obrigações decorrentes dos contratos administrativos. O art. 69 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que:

"A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório."

4.7.2. Nesse contexto, a adoção dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG), com exigência de resultados superiores a 1, é tecnicamente justificada, conforme exposto a seguir:

4.7.2.1. Fundamentação Contábil:

4.7.2.2. Liquidez Corrente (LC): Este índice mede a capacidade da empresa de honrar suas obrigações de curto prazo, sendo calculado pela razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Um resultado superior a 1 indica que a empresa possui ativos suficientes para cobrir suas dívidas imediatas, refletindo uma boa saúde financeira no curto prazo.

4.7.2.3. Liquidez Geral (LG): Este índice avalia a capacidade de pagamento da empresa no longo prazo, considerando todos os ativos e passivos. Calculado pela razão entre (Ativo Circulante + Realizável em Longo Prazo) e (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante), um resultado superior a 1 indica que a empresa possui ativos totais suficientes para cobrir todas as suas obrigações, evidenciando solvência a longo prazo.

4.7.2.4. Solvência Geral (SG): Este índice verifica a capacidade da empresa de quitar todas as suas dívidas com os ativos totais disponíveis, sendo calculado pela razão entre o Ativo Total e o Passivo Total. Um resultado superior a 1 demonstra que a empresa é solvente, ou seja, possui ativos suficientes para cobrir todas as suas obrigações.

4.7.3. A exigência desses índices com resultados superiores a 1 visa garantir que a empresa possui uma estrutura financeira equilibrada, capaz de suportar os compromissos contratuais, minimizando riscos de inadimplência e interrupção na execução dos serviços ou fornecimentos contratados.

4.7.4. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)

4.7.4.1. O TCU reconhece a legalidade e a razoabilidade da exigência de índices econômico-financeiros como critério de habilitação, desde que devidamente justificados e proporcionais ao objeto contratual.

4.7.4.2. No Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário, o TCU recomendou à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que incorporasse aos editais de licitação a exigência de índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1, como condição de habilitação econômico-financeira para a contratação de serviços continuados. Portal VALEC

4.7.4.3. Adicionalmente, no Acórdão nº 1.265/2015 – 2ª Câmara, o TCU reiterou que não há vedação legal à exigência cumulativa de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo com os índices contábeis previstos na legislação, desde que tais exigências estejam devidamente fundamentadas no processo licitatório. Portal VALEC.

4.7.5. Acerca dos critérios preceituados pelo art. 69 da lei 14.133/21, para os licitantes que não comprovarem índices econômicos maiores que 1 (um), será exigida comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo referente a 3% (até 10%) do valor total estimado da contratação. Justifica-se o requisito de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, pela necessidade de assegurar que a contratada possua solidez financeira para cumprir com os compromissos do contrato, evitando a desistência ou atrasos por falta de recursos, bem como, minimiza os riscos de interrupções e falhas durante a prestação dos serviços ou entrega/fornecimento de produtos. Ademais a comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo atua como um filtro que contribui para impedir que empresas com saúde financeira comprometida participem do certame, reduzindo o risco de irregularidades e fraudes no processo licitatório.

4.7.6. Diante do exposto, a exigência dos índices de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral, com resultados superiores a 1, como critério de habilitação econômico-financeira, está em conformidade com a legislação vigente, respaldada pela jurisprudência do TCU e fundamentada na doutrina contábil. Tal medida visa assegurar a contratação de empresas com capacidade financeira adequada, promovendo a segurança e a continuidade na execução dos contratos administrativos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a Administração Pública.

4.7.7. Portanto, a exigência desses requisitos está em consonância com o princípio da eficiência e visa garantir a contratação de empresas que possuam não apenas a capacidade técnica, mas também condições financeiras para a execução satisfatória do contrato, assegurando o cumprimento do interesse público com o menor risco possível ao erário e à administração pública.

4.7.8. Para aquisição e/ou contratação dos itens deste estudo técnico, não será admitida subcontratação do objeto contratual, haja vista se tratar de fornecimentos de bens, não tendo sido identificadas obrigações acessórias passíveis de execução indireta pelo contratado.

4.8. A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio em licitações públicas é uma prerrogativa da Administração. Entretanto, de acordo com o solicitado no Acórdão TCU 3654/2012, a vedação se justifica neste processo administrativo, devido a:

4.8.1. Nessa linha, explica-se que a contratação/aquisição em tela está enquadrada como bens e serviços de natureza comum, sem envolver alta complexidade técnica contratação de grande vulto. A impossibilidade de participação de empresas consorciadas tem por objetivo ampliar a competitividade do certame, tendo em conta que a aceitação de empresas reunidas em consórcio para objetos comuns e sem envolver grande vulto pode fomentar a formação de consórcios para objeto, incentivando a formação de

conluio e manipulação de preços, em objetos onde as empresas, individualmente, possuem condições econômicas e de habilitação para prestação dos serviços ou fornecimento.

4.8.2. Consolidando o entendimento acima, citamos o Prof. MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed. 2009, pág. 47, que assim diz:

“Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação e competição entre empresários. No campo de Licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição.

Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e/ou a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grandes quantidades de empresas isoladamente não dispuserem de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto de participantes.

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. “São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação”. (Grifou-se)

4.8.3. Ante ao exposto, conforme demonstrado, a vedação à participação de consórcios para o fornecimento de materiais de laboratório visa atender ao interesse público, bem como assegurar a observância dos princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

4.9. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, enviará laudo(s) técnico(s) e/ou informações técnicas em relação ao item ganhador, para a verificação da compatibilidade do item com as especificações constantes no descritivo e consequente aceitação da proposta;

4.10. A convocação para envio de laudo(s) técnico(s) e/ou informações técnicas será feita por meio de intimação, enviada por e-mail, no endereço cadastrado no momento da licitação.

4.11. Será solicitado, via e-mail, ficha técnica completa e imagens/foto do produto em todos os ângulos a ser enviado. O fornecedor terá um prazo de 24h (vinte e quatro horas) para realizar o envio dos anexos. A ficha técnica será considerada primordial para o aceite da proposta e deverá ser compatível com o produto indicado pela empresa no momento da licitação.

4.12. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, quanto aos motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, antes da expiração do prazo concedido. Sujeito a julgamento da área técnica para acato ou recusa.

4.13. O fornecedor intimado deverá enviar confirmação via e-mail de recebimento da intimação, observando que, independentemente da confirmação, o tempo para envio dos laudo(s) técnico(s) e/ou informações técnicas será considerado.

4.14. Caso a intimação gere alguma dúvida junto ao Licitante, a mesma deverá ser enviada via e-mail, para o mesmo endereço de e-mail que lhe enviou a intimação.

4.15. Os laudo(s) técnico(s) e ou Informação(s) Técnica(s) poderão ser entregues no endereço Av. do Cerrado nº 999 - Bloco D - Park Lozandes - Goiânia – GO, CEP 74.884-900, Superintendência de Vigilância em Saúde, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.16. O(s) laudo(s) técnico(s) e/ou informações técnicas, deverá(ão) estar devidamente identificado(s) com o nome do licitante e o número da licitação, devendo ser encaminhado(s) ao local e ao servidor responsável indicado na intimação.

4.17. O(s) laudo(s) técnico(s) e/ou informações técnicas serão submetidas à aprovação mediante parecer técnico fundamentado, o qual avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no Edital, considerando, ainda, a qualidade, o custo/benefício e o uso a que se destinam.

4.18. O não envio dos laudos técnicos e/ou informações técnicas solicitadas, bem como a entrega fora do local ou prazo indicado na intimação, ou a sua reprovação pela área técnica da Secretaria Municipal de Saúde acarretará a desclassificação do licitante.

4.19. Caso o primeiro colocado seja desclassificado, se procederá à intimação do segundo colocado e, caso este não atenda as prerrogativas, será chamado o terceiro e, assim, sucessivamente, até se encontrar um aprovado ou esgotar a lista de classificados.

4.20. A reprovação será em relação a marca e/ou modelo, sendo que, se naquela licitação uma marca ou modelo for desclassificado, esta desclassificação valerá para todas as empresas que apresentar o item da mesma marca e/ou modelo, independentemente da sua classificação em relação ao preço.

4.21. Quando houver desconformidade das informações técnicas ou dos Laudos Técnicos em relação ao objeto da licitação, será encaminhado, por e-mail, no endereço cadastrado no momento da licitação, parecer que apontará, de modo completo, as falhas identificadas nas referidas informações ou laudos, a fim de assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do envio eletrônico do documento (e-mail).



4.22. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de laudo(s) técnico(s) e/ou informação técnica.

4.23. Em caso de haver interesse de acompanhamento da avaliação do objeto, através dos laudo(s) técnico(s) e/ou informações técnicas, pela equipe técnica, o licitante deverá manifestar seu interesse junto a equipe de licitação assim que sair a listagem, a fim de que seja comunicado quando e quem dará o parecer, para acompanhamento dos mesmos.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A quantidade de equipamentos foi estimada a quantidade de atendimentos que exigem diagnóstico realizados entre 2021 a 2025 na Diretoria de Vigilância em Zoonoses. Para tal considerou-se as quantidades anuais de morcegos recebidos para o diagnóstico de raiva, dos triatomíneos recebidos para o diagnóstico de *Trypanosoma cruzi*, de flebotomíneos capturados para o diagnóstico de *Leishmania* spp., de equinos recebidos para a sorologia para febre maculosa, de amostras biológicas colhidas de gatos suspeitos de esporotricose, de primatas não humanos recebidos para diagnóstico de febre amarela e raiva, bem como na quantidade de *Aedes aegypti* coletados para vigilância da circulação de arbovírus como dengue, zica e chikungunya. Considerando a quantidade e a natureza dos agravos investigados, a quantidade de equipamentos especificada na tabela abaixo possibilitará o atendimento às demandas de diagnósticos moleculares e sorológicos.

5.2. É importante salientar que a seleção dos equipamentos foi baseada na necessidade de garantir resultados precisos e confiáveis, além de considerar a facilidade de uso e a disponibilidade de assistência técnica. O espaço físico do laboratório já foi avaliado e comporta todos os equipamentos. O orçamento para a aquisição está dentro dos recursos disponibilizados pelo Ministério da Saúde, conforme a Portaria GM/MS N 1.877, de 17 de novembro de 2023. Além disso, foram tomadas medidas para minimizar o impacto ambiental, como a escolha de equipamentos com baixo consumo de energia e que possibilitam a utilização de reagentes com baixa toxicidade. Em suma, a aquisição desses equipamentos é fundamental para a implantação de métodos de diagnóstico e para a obtenção de resultados confiáveis, que respaldarão as medidas de prevenção e controle para diversas doenças que impactam a saúde pública. Ressalta-se ainda que não há possibilidade de locação dos equipamentos, pois o Ministério da Saúde disponibilizou o recurso exclusivamente para a compra.

Item	Código	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1.	727938	PCR em tempo real	UNID	01
2.	727946	Termociclador PCR	UNID	01
3.	728063	Sistema de eletroforese	UNID	01
4.	727954	Transiluminador UV	UNID	01
5.	727962	Centrífuga refrigerada	UNID	01
6.	219207	Agitador de tubos (vórtex)	UNID	01
7.	727970	Agitador magnético	UNID	01
8.	727989	Conjunto de micropipetas variáveis	UNID	03
9.	727997	Pipeta Multicanal de 8 canais p10 Volume	UNID	01
10.	728004	Pipeta Multicanal de 8 canais p200	UNID	01
11.	728012	Pipetador automático	UNID	01
12.	699705	Banho Maria	UNID	01
13.	728020	Placa aquecedora	UNID	01
14.	699683	Capela de fluxo laminar	UNID	01
15.	156523	Aparelho deionizador de água	UNID	01
16.	566950	Aparelho osmose reversa	UNID	01
17.	728039	Centrífuga Laboratorial – MICROTUBOS	UNID	01
18.	728047	Centrífuga Laboratorial – MICROPLACAS	UNID	01
19.	566810	Centrífuga para tubos Falcon de 15ml	UNID	01
20.	525901	Estufa para cultura microbiológica	UNID	01

21.	728055	Geladeira com freezer	UNID	01
22.	374261	Leitora de microplacas de Elisa	UNID	01
23.	220094	Lavadora de placas de Elisa	UNID	01

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após levantamento não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a contratação na forma descrita nesse estudo. Para a contratação em tela, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Para a solução do problema de abastecimento, foram analisadas as seguintes formas de contratação:

### 1. Aquisição com Entrega Integral

Nesse modelo, o fornecedor entrega todos os itens adquiridos em uma única vez, no prazo determinado pelo contrato.

Vantagens:

Garantia de recebimento imediato dos instrumentais

Simplificação do controle e conferência de materiais.

Desvantagens:

Risco de obsolescência dos insumos que têm prazo de validade.

Necessidade de maior espaço físico para armazenagem.

Alta imobilização de capital, uma vez que o pagamento geralmente é feito de forma integral após a entrega.

Aplicabilidade: Indicada para bens permanentes com prazo de validade longo.

### 2. Registro de Preços

O fornecedor firma um compromisso de fornecer os produtos a preços pré-definidos durante um período determinado, mediante solicitações ao longo do tempo.

Vantagens:

Flexibilidade no abastecimento de acordo com a demanda.

Possibilidade de reduzir custos ao permitir uma compra planejada e escalonada.

Evita o acúmulo de estoque desnecessário.

Desvantagens:

Dependência de cumprimento do fornecedor ao longo do período do contrato.

Possibilidade de variações nos prazos de entrega.

Aplicabilidade: Ideal para produtos de alta rotatividade e com prazos de validade mais curtos.

### 3. Fornecimento Contínuo

O fornecimento de produtos que é realizado periodicamente, conforme as necessidades da Secretaria de Saúde, com entregas fracionadas.

Vantagens:

Redução de custos de armazenamento e manutenção de estoque.

Maior controle sobre a validade dos produtos.

Pagamentos parcelados, distribuindo o impacto financeiro ao longo do tempo.

Desvantagens:

Possibilidade de interrupção no fornecimento caso o fornecedor não cumpra os prazos.

Aplicabilidade: Recomendado para itens de consumo frequente e perecíveis.

Assim, realizar a aquisição dos materiais por meio Pregão Eletrônico em PARCELA ÚNICA é a solução mais adequada, tendo em vista, a vinculação dos recursos provenientes de Emenda Parlamentar Federal, os quais possuem prazos específicos para sua execução, além de atender de forma célere e eficiente às necessidades da Gerência de Controle de Animais Sinantrópicos da Diretoria de Vigilância em Zoonoses.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado como parâmetro de preços para licitação, será o indicado por meio do relatório de pesquisa de mercado a ser realizado pela Gerência de Compras da SMS, conforme critérios da Instrução Normativa SEMAD nº 001/2022, o mesmo terá caráter sigiloso, conforme prerrogativa estabelecida no Art. 24 da Lei 14.133/2021.

7.2. A adoção do orçamento sigiloso foi motivada pelas seguintes vantagens:

7.2.1. Justifica-se que ao manter o orçamento sigiloso, as empresas concorrentes não têm acesso ao valor estimado pela administração pública para a contratação. Isso pode evitar que algumas empresas usem o conhecimento do orçamento para ajustar suas propostas apenas para vencer a licitação, promovendo uma competição mais justa, bem como, manter o orçamento sigiloso pode permitir que a administração pública negocie de forma mais eficaz com os fornecedores.

7.2.2. Sem conhecer o orçamento, as empresas podem ser incentivadas a apresentar propostas mais competitivas, e a administração pode usar essa falta de informação a seu favor durante as negociações. Orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação.

7.2.3. Foi realizado uma pesquisa prévia de mercado pela Gerência de Controle de Animais Sinantrópicos, com preços obtidos através de pesquisa na internet, conforme segue abaixo:

Item	Especificação
1.	PCR em tempo real
2.	Termociclador para PCR
3.	Sistema de eletroforese
4.	Transiluminador UV
5.	Centrífuga Refrigerada
6.	Aagitador de Tubos (Vórtex)
7.	Aagitador magnético
8.	Conjuntos de micropipetas variáveis
9.	Pipeta Multicanal de 8 canais, volume entre 0,5-10ul
10.	Pipeta Multicanal de 8 canais, com volume entre 20-200ul
11.	Pipetador automático
12.	Banho Maria
13.	Placa aquecedora
14.	Capela de fluxo laminar
15.	Aparelho deionizador de água
16.	Aparelho de osmose reversa
17.	Centrífuga Laboratorial – MICROTUBOS
18.	Centrífuga Laboratorial – MICROPLACAS
19.	Centrífuga Laboratorial para tubos Falcon de 15 mL
20.	Estufa para cultura microbiológica
21.	Geladeira com freezer
22.	Leitora de microplacas de Elisa
23.	Lavadora de placas de Elisa

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

8.1. O objetivo deste estudo é a aquisição de equipamentos de laboratório para a implantação do diagnóstico molecular e sorológico da Diretoria de Vigilância em Zoonoses, o qual possibilitará o diagnóstico de diversas doenças em reservatórios animais e em insetos vetores para a aplicação de medidas de prevenção e controle. Tendo como base as informações do levantamento de mercado, esta equipe de planejamento definiu a descrição/especificação do objeto, conforme especificações e requisitos descritos a seguir:

Item	Código	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1.	727938	<p>PCR em tempo real: Equipamento de PCR em tempo real para uso clínico com capacidade mínima de 96 poços e mínimo de 96 amostras por corrida. Bloco térmico com capacidade para 96 amostras (poços) por corrida. Características para amplificação: excitação por lâmpada halógena ou led, com no mínimo 4 filtros e câmera; Capacidade de multiplexação de no mínimo 2 canais. Características de temperatura: por método Peltier de aquecimento com precisão de no mínimo 0,5°C e uniformidade térmica de 0,5°C. Tempo mínimo de amplificação de 2h. Deve acompanhar computador compatível com o sistema e software para operação, o que possibilita análise e aquisição de dados em total conformidade com as especificações detalhadas; Software, cabo USB, Pen drive com software, manual, cabo de energia. Alimentação deve ser 220V.</p> <p><u>Garantia mínima de doze meses, instalação, calibração inicial e treinamento para o uso.</u></p> <p>Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	01
2.	727946	<p>Termociclador PCR : Termociclador automático para amplificação de DNA, com seis blocos de temperaturas independentes, capacidade de no mínimo 96 amostras em tubos de 0,2ml. Com tela colorida tipo touchscreen, configuração para editar e criar métodos de PCR durante a corrida. Com possibilidade de ciclagens padrão. Deve possuir interface com porta USB. Sistema de proteção contra excesso de pressão na tampa, rampa de aquecimento de 3 graus C/s ou maior, uniformidade de 0,5 graus C ou menor, acurácia 0,3 graus C ou menor. Deve acompanhar todos acessórios necessários. Alimentação deve ser 220 V. Um termociclador PCR convencional (não em tempo real) geralmente não possui canais. Ele é usado para realizar a amplificação de DNA por meio de ciclos de temperatura, mas não monitora a reação em tempo real. Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	01
3.	728063	<p>Sistema de eletroforese: Cuba para eletroforese horizontal completa, construída em plástico ou material similar para separação de fragmentos de DNA e RNA em gel de agarose. Provida de tampa com alta</p>	UNID	01

		transparência permitindo fácil visualização das amostras durante a corrida, com cabos de conexões elétricas, conectores e eletrodos identificados para garantir o posicionamento correto da tampa na base. Deve vir acompanhado dos acessórios para preparo e moldagem do gel de agarose: bandeja e no mínimo 4 modelos de pentes. Bandeja transparente com tamanho de, no mínimo, 10x10cm ou maior. Capacidade máxima de até 100 amostras. Fonte de alimentação de tensão 300 V. Alimentação deve ser 220 V. Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.		
4.	727954	Transiluminador UV: Área de iluminação 20 20 cm; dimensões do filtro 20 x 20 cm; potência de radiação das lâmpadas de 8W ou de 15W; ajuste de intensidade de luz 70% e 100% ; comprimento de onda da luz UV (302/306/312 nm); dimensões (C x L x A) 42 cm x 14 cm; e alimentação bivolt automático.  Garantia mínima de 12 meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNID	01
5.	727962	Centrífuga refrigerada: Velocidade de centrifugação: 500 a até 15.000rpm (incrementos de 100rpm). Força centrífuga relativa (RCF) até 21.400xg (incrementos de 100xg); tempo de aceleração até a velocidade máxima: 25 segundos; capacidade do rotor padrão: até 24 tubos de 1,5-2,0mL e adaptadores para tubos de 0,5mL ou 0,2mL; baixo aquecimento de amostras (menos de 10°C após uma hora de centrifugação); rotor autoclavável (121°C, 20 minutos); ajuste de RMP/RCF; rotor padrão de alumínio anodizado; ajuste de tempo para até 99 minutos; controle de temperatura (refrigeração): -10°C a 40°C.  <u>Garantia mínima de doze meses, instalação, calibração inicial e treinamento para o uso.</u> Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNID	01
6.	219207	Agitador de tubos (vórtex): Modo de operação contínuo ou por aproximação (ativação por toque); movimento de agitação orbital; diâmetro da órbita de 4 mm; velocidade ajustável até 2.800 RPM; plataforma superior em borracha preta (diâmetro de 5,5 cm); base em aço com pés de borracha antideslizante; estrutura interna em alumínio e externa com pintura epóxi anticorrosiva; potência do motor de 60W; tensão bivolt com chave seletora. Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNID	01
7.	727970	Agitador magnético: Em alumínio injetado e acabamento em epóxi, tampa de alumínio, controle eletrônico linear de rotação e	UNID	01

		<p>lâmpada piloto. Agita até 4 litros; diâmetro da tampa de 14 cm; altura 10 cm; faixa da rotação (r/min) 120 a 1.800; potência de 25 W; acompanhado barras magnéticas 9 x 25 mm.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>		
8.	727989	<p>Conjunto de micropipetas variáveis: Composição do KIT: 1x Micropipeta Volume variável Monocanal de 1 a 10ul. 1x Micropipeta Volume variável Monocanal de 10 a 100ul. 1x Micropipeta Volume variável Monocanal de 100 a 1000ul. 1x Micropipeta Volume variável Monocanal de 1000 a 5000ul. 1x Micropipeta Volume variável Monocanal de 1000 a 10000ul. 1x Suporte/Estante P/ 5 Micropipetas. Corpo em ABS, base em PP e pistão em aço inox; Visor de volume com 3 dígitos; Ejetor lateral de ponteiros; Parte inferior (cone) autoclavável: (121°C, 15psi, 20min).</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	03
9.	727997	<p>Pipeta Multicanal de 8 canais p10 Volume: 0,5 – 10µl. Volume de 1µl com precisão de ±96% e C. V. =4%. Volume de 5µl com precisão de ±97,5% e C. V. =2,5%. Volume de 10µl com precisão de ±98,5% e C. V. =1,5%. Multicanal com 8 canais; pistão em aço inox; cone de ponteira durável feita em PVDF; autoclavável; visor de volume com 3 dígitos; repouso para o dedo; ejedor lateral; pipetagem em 2 estágios; permite realizar pipetagem reversa; especificações conforme os padrões DIN 12650 &amp; EM-ISO 8655; sistema digital de parada após a configuração do volume.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	01
10.	728004	<p>Pipeta Multicanal de 8 canais p200: Peso em torno de 90 g.</p> <p>Sistema leve com baixa pressão para pipetagem. Visor de volume com 3 dígitos. Sistema de trava de volume impede a alteração acidental de volume durante a operação. Botão de pressão ampliado, arredondado e rotativo. Botão ejedor de ponteiros com 3 posições: esquerda, direita e central. Fácil calibração. Alta precisão e exatidão. Resistentes à exposição prolongada aos raios UV. Totalmente autoclaváveis (120 °C, 15 psi, 20 min.). Volume 20 – 200 µl.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	01
11.	728012	<p>Pipetador automático: Corpo em ABS e cone em polipropileno, resistente à luz UV.</p>	UNID	01

		<p>Velocidade de aspiração e dispensação ajustável. Duas opções de dispensa (motor e gravidade). Bateria Íon-Lítio recarregável. Cone, filtro PTFE de 0,45 µm hidrofóbico e adaptador de silicone (121°C, 15 psi, 15 min.). Faixa de volume de 0,1 a 100 mL. Input AC 100-240 V e output 5 V, 1A. Carregador bivolt.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>		
12.	699705	<p>Banho Maria: Capacidade que atenda de 90 a 105 tubos. Temperatura regulável por microprocessador digital. Cuba interna em aço inox sem emendas ou soldas. Capacidade entre 6,6 litros a 10 litros. Tampa em aço inox ou em plástico. Estrutura externa em aço inox ou aço ferro pintado. Aquecimento através de resistência blindada tipo tubular. Estante única para tubos de ensaio. Controlador de temperatura com display. Faixa de trabalho, no mínimo, entre -10° C e 120° C, com precisão igual ou melhor que <math>\pm 1,5^{\circ}\text{C}</math>. Alimentação deve ser 220V. Potência de 1000 watts.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	01
13.	728020	<p>Placa aquecedora: Equipamento utilizado para o aquecimento de moldes metálicos, cassetes plásticos e lâminas microscópicas. Equipamento com placa em alumínio ou material similar. Possui controlador de temperatura digital. Controle de temperatura ambiente máxima de no mínimo 300 °C, proteção contra superaquecimento. Dimensões mínimas da placa (LP): 300 x 300 mm. Potência mínima de 300 watts. Alimentação deve ser 220 V 50/60 Hz. Potência total 650/1000 watts. Fusível Rosqueável, 4Amp (220Vac), 5Amp (127Vac). Cabo de energia Trifilar PVC (2 fases e 1 terra), com plug de 3 pinos, NBR NM 243. Chave geral na parte frontal do equipamento. Controlador Digital 4 dígitos led para temperatura. Temperatura máxima na plataforma: 5°C acima da temperatura ambiente a 300°C +/- 2%.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	01
14.	699683	<p>Capela de fluxo laminar: Equipamento deve possibilitar criar áreas de trabalhos estéreis dentro de um laboratório, para garantir que os materiais biológicos, químicos e estéreis sejam manipulados de forma segura e sem risco de contaminação. Equipamento de fluxo unidirecional para a manipulação de materiais não contaminados. Construída externamente em chapa de aço tratada com revestimento em epóxi eletrostático e plataforma em aço</p>	UNID	01



		<p>inoxidável. Sistema de ventilação tipo siroco. Filtro absoluto do tipo HEPA, plissado e emoldurado em aço galvanizado com eficiência de 99,99% na retenção de partículas de até 0,3 micras, pré-filtro plissado sintético. Filtro HEPA: FEA 919 plissado. Display digital, indicador da pressão diferencial do filtro absoluto HEPA, horímetro que indica minutos e horas corrido de funcionamento da cabine e outros parâmetros. Iluminação da área de trabalho com lâmpada fluorescente e lâmpada germicida. Dimensões mínimas: 600 x 450 x 75 mm. Alimentação deve ser 220 V. Capacidade de exaustão com vazão de 600 m<sup>3</sup>/h e potência de 52 W. Rotação de 3600 RPM.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>		
15.	156523	<p>Aparelho deionizador de água: Utilizado para eliminar contaminantes da água por meio do sistema de destilação. Aparelho de coluna, 50 litros/hora. Rendimento – IN – Água E.65µS (L) 1850. Indicador de Saturação com Luz Verde 0 &lt; = 4 PPM ou 0 &lt; = 8 µS e Luz Vermelha &gt;4 PPM ou &gt; 8 µS. Faixa de Medição 0-999 PPM. Precisão ±2%. Temperatura Operacional 0 – 50 °C. Alimentação elétrica bateria 3V. Alimentação deve ser 220 V.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	01
16.	566950	<p>Aparelho osmose reversa: Equipamento de purificação para a produção de água química e microbiologicamente pura. Aparelho de osmose reversa com vazão entre 10 e 20 Litros/Hora. Possuir no mínimo pré-filtro de 5 micras, filtro de carvão ativado, membrana de osmose, coluna deionizadora, bomba de pressurização. Deve acompanhar filtro absoluto. Deve acompanhar itens necessário para pleno funcionamento. Alimentação deve ser 220 V.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	01
17.	728039	<p>Centrífuga Laboratorial – MICROTUBOS: Velocidade programável até 14.500 rpm. Força centrífuga relativa (RCF) programável até 14.000 x g. Capacidade para até 12 tubos de 1,5-2,0mL e adaptadores para tubos de 0,5mL ou 0,2mL. Baixo aquecimento de amostras (apenas 12°C após 30 minutos à velocidade máxima). Rotor de ângulo fixo, autoclavável (121°C, 20 minutos). Ajuste de RMP/RCF. Rotor padrão de alumínio anodizado. Ajuste de tempo para até 99 minutos. Tamanho compacto, apropriado</p>	UNID	01

		para uso em bancada, câmara ou ambientes refrigerados. Alimentação deve ser 220 V.  Garantia mínima de doze meses. Necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.		
18.	728047	Centrífuga Laboratorial – MICROPLACAS: Rotor de ângulo fixo com eixo vertical. Display em LED. RPM máximo 2500rpm. RCF Máximo 500xg. Tipo de Rotor Ângulo fixo/ eixo vertical Timer 01 segundo a 99 segundos. Voltagem AC 110/220V. Frequência 50/60Hz. Potência 60W. Capacidade 2 placas de 48. Cabo de energia AC. Alimentação deve ser 220V.  Garantia mínima de doze meses. Necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNID	01
19.	566810	Centrífuga para tubos Falcon de 15ml: Faixa de velocidade 200 rpm a 6.000 rpm. Força máxima relativa de centrifugação 4.427 g. Compatibilidade de rotor. Ângulo de 12 x 15 ml. Swing Out Rotor 6 x 5 ml. Engrenagem de aceleração10. Engrenagem de desaceleração 10. Dimensões (AxCxI) 266 mm x 392 mm x 291 mm. Trava da tampa motorizado. Nível de ruído 60±2 dB(A). Alimentação Elétrica CA (incluso). Consumo de Energia 100 W. Tempo de execução contínuo. Ambiente de trabalho 2°C a 35°C, 80%UR, sem condensação. Deve comportar de 04 a 30 tubos. Alimentação deve ser 220V.  Garantia mínima de doze meses. Necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNID	01
20.	525901	Estufa para cultura microbiológica. Gabinete construído em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Câmara interna em aço carbono, com pintura em epóxi branco liso ou em aço inox. Saída superior respiro para gases, umidade ou acomodação do termômetro. Trilhos internos para deslocamento das bandejas. Sistema de fecho tipo rolete. Vedação com perfil de silicone de alta temperatura. Porta fusível, com fusível de proteção. Porta com puxador anatômico e abertura. Porta interna em vidro temperado, para visualização dentro da câmara sem perca de estabilidade térmica. Painel de controle dotado com LED indicador das fases do processo. Chave geral liga/desliga. Controlador eletrônico Alimentação 220 V. Temperatura de trabalho de + 5°C até 70°C. Capacidade 30 ou 36 litros. Resolução 0,1°C para indicação de temperatura do processo. Timer programável de 1 a 9999 minutos de 1 em 1 minuto. Homogeneidade térmica de +/- 1°C. Precisão do sistema +/- 1°C.  Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.	UNID	01

21.	728055	<p>Geladeira com freezer: equipamento destinado à conservação sob refrigeração e/ou em baixa temperatura de materiais diversos. Modelo DC35A. Capacidade total 260 litros. Capacidade da geladeira em volume 207 litros. Freezer com capacidade em volume de 53 litros. Tipo de degelo Cycle defrost. Painel interno. Tipo de porta duplex, com duas portas. Com 3 níveis de temperatura. Com 3 prateleiras. Controle de temperatura do refrigerador e do freezer. Luz interior. Eficiência energética A. Potência 127: 108W   220: 101W. Frequência 60 Hz.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Necessário registro no INMETRO.</p>	UNID	01
22.	374261	<p>Leitora de microplacas de Elisa: Leitora (fotômetro) dedicada, controlada por um microprocessador para ler e calcular os resultados de ensaios em uma placa de microtitulação. Leitora totalmente automática, inclusive seleção de filtros, deve possuir no mínimo os comprimentos de onda de 400 a 630nm. Realiza leitura por cinética e varredura da área do poço quando controlada por computador, cujo os tipos de microplacas são de 6 até 96 poços, na velocidade de 96 poços por no máximo 10 segundos. Método de detecção por absorbância. Capacidade do disco de filtros de 8 posições, com 3 filtros já instalados. Lâmpada halógena. Deve atender a regulamentação EU IVDD com marcação CE e TUV. Alimentação deve ser 220 V.</p> <p><u>Garantia mínima de doze meses, instalação, calibração inicial e treinamento para o uso.</u> Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	01
23.	220094	<p>Lavadora de placas de Elisa: Equipamento projetado para realizar lavagens simples e completas em microplacas nas rotinas laboratoriais. Lavadora automática de microplacas com no mínimo 08 canais, com display com visor de cristal líquido, com no mínimo 50 programas na memória, com teclado de membrana, com teste automático da pressão de vácuo. Deve possuir software on-board com sistema aberto para programação, volume residual: menor que 2µl (aspiração simples) menor que 12µl (aspiração dupla), precisão de dispensação: menor que 2% CV a 300µl. Deve acompanhar 04 frascos de reservatório de no mínimo 2 litros, mangueiras e cabo de alimentação. Alimentação deve ser 220 V.</p> <p>Garantia mínima de doze meses. Não é necessário registro na ANVISA, AFE e Alvará Sanitário.</p>	UNID	01

8.2. Devem ser requisitos para a aquisição dos objetos deste ETP: a entrega dos equipamentos, bem como suas instalações, calibração inicial, treinamento da equipe e a garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da entrega e instalação dos equipamentos na sede da Diretoria de Vigilância em Zoonoses, PARA OS ITENS 1, 5 e 22 e garantia de fábrica de no

mínimo 12 meses, contados a partir da entrega e instalação dos equipamentos na sede da Diretoria de Vigilância em Zoonoses, PARA OS DEMAIS ITENS.

8.3. O Gestor e Fiscal do Processo serão designados por ato pelo o ordenador das despesas mediante Portaria em resposta a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD Lei 13.709/2018).

8.4. O fornecimento será efetuado em parcela única, com prazo de entrega não superior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados após o recebimento da ordem de entrega ou Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, devendo estar acompanhados dos documentos fiscais respectivos e conter, obrigatoriamente, a especificação do item, lote, marca do fabricante e quantidade entregue.

8.5. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, no seguinte endereço: Avenida Perimetral Norte, Condomínio Goiazém, Bloco E, Galpão 09 e 10, Vila João Vaz, CEP: 74.425-090, Goiânia.

8.6. As entregas deverão ser efetuadas mediante agendamento prévio, através do e-mail [ciad.goiania@branetlogistica.com.br](mailto:ciad.goiania@branetlogistica.com.br), maiores informações pelos telefones: (62) 3524-3404/3407

## **9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Para esta aquisição deve ser adotado critério de julgamento, MENOR PREÇO POR ITEM, haja vista se tratar de produtos divisíveis, não tendo este setor técnico verificado razões técnicas, econômicas e/ou administrativas que justifiquem a aglutinação (produtos, materiais, itens ou serviços) em grupos.

9.2. Conforme Súmula 247 do TCU – “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”. (Grifou-se)”.

9.3. Nesse sentido, com objetivo de garantir ampla competitividade da contratação, bem como por não haver prejuízos para Administração, decorrentes da adjudicação por item, para aquisição dos itens desta contratação deverá ser adotado o critério de julgamento de Menor Preço Unitário.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

10.1. Espera-se, com a implantação do diagnóstico molecular na Diretoria de Vigilância em Zoonoses, ter mais agilidade no diagnóstico de enfermidades zoonóticas, por meio das técnicas de PCR em tempo real e ELISA. Tal fato possibilitará ações para a promoção e a proteção da saúde de humanos e animais. O custo estimado dos equipamentos solicitados será subsidiado com o recurso financeiro já repassado pelo Ministério da Saúde, exclusivamente para tal finalidade, por meio da Portaria GM/MS N 1.877, de 17 de novembro de 2023.

10.2. A Diretoria de Vigilância em Zoonoses conta com estrutura física para a implantação do laboratório de diagnóstico molecular e com equipe técnica especializada tanto para a coleta de material à campo, quanto para execução dos procedimentos laboratoriais, composta por cinco médicos-veterinários, dois biólogos e quatro técnicos de laboratório (agentes de endemias). Conta também com equipamentos de alto custo e que são essenciais para o desenvolvimento do diagnóstico molecular, como ultra freezer e mesa refrigerada. O fato de a aquisição dos equipamentos, essenciais para a implantação do laboratório, serem subsidiadas diretamente por meio do Ministério da Saúde, estando o recurso já garantido, evitará gastos para a implantação pelo município de Goiânia ou para a contratação do serviço.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. Não se aplica, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Saúde possui rotina padrão para o recebimento de materiais no Almoxarifado Central.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE**

12.1. De acordo com o levantamento realizado, não há procedimento de aquisição referente aos objetos pleiteados para aquisição deste estudo, pela Secretaria Municipal de Saúde.

## **13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

13.1. Ressaltamos para esse fim: Lei Municipal nº 9.645, de 03 de setembro de 2015, que institui o Programa Licitação Sustentável no âmbito do Município de Goiânia, com foco aos Art. 3º e 5º, bem como, as normativas estabelecidas pela Instrução

Normativa 13, de 23 de agosto de 2021 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, quanto as Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

## **14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

14.1. Tendo por base as informações levantadas ao longo do Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com os requisitos do Art. 18, §1º da Lei 14.133/2021, a equipe de planejamento declara que a aquisição dos equipamentos para

a implantação do laboratório de biologia molecular e sorológica na Diretoria de Vigilância em Zoonoses é viável, considerando que o recurso já foi disponibilizado pelo Ministério da Saúde exclusivamente para tal finalidade, além

disso, a Administração Pública, ao adotar essa modalidade de aquisição/contratação, assegura o cumprimento de suas responsabilidades de maneira eficiente, transparente e segura.

14.2. Ademais, os diagnósticos realizados no laboratório apoiarão as atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças zoonóticas no município de Goiânia, contribuindo para a saúde humana, animal e ambiental, considerando tratar-se de uma só saúde.

#### 14. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**Ao(a)**

**Agente de Contratação /Pregoeiro(a) da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Endereço:** Av. do Cerrado, 999, Parque Lozandes, Bloco D, 2º andar. Goiânia- GO, Goiânia- GO.

**Ref.:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026.

Prezados Senhores,

\_\_\_\_(nome da empresa)\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para o fornecimento do(s) materiais(s) ou execução dos serviços, de conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes.

(Especificar o OBJETO, conforme planilha constante do Anexo I - Termo de Referência, contendo quantitativo, especificação do objeto, marca, valores: unitário/mensal/anual, e local de entrega).

Item	Quant.	Especificação do objeto	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

**O licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação que:**

Cumprimos com os requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações, na forma da lei;

A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Comprometemo-nos a fornecer os produtos / executar os serviços no prazo e condições previstos no Edital, inclusive, quanto ao prazo de garantia legal, contado a partir do recebimento da respectiva autorização de fornecimento/execução.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período não inferior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar da abertura da mesma.

Até o recebimento da nota de empenho e/ou outro documento correspondente, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ (assinatura)\_\_\_\_

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular com poderes para tal investidura.

#### 15. ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº xxxx/20xx

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, COM INTERVENIÊNCIA DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS**, E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

O **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, pessoa jurídica de direito público, sediada a Av. do Cerrado, Parque Lozandes, nesta Capital, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ/MF 37.623.352/0001-03, neste ato representado por seu titular, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXX e do CPF sob o n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXX, com poderes constituídos por meio do Decreto nº. 4.562 de 02/10/2023, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º 00.000.000/0000-00, com sede na Rua xx, nº xxx, Setor xxxxxxxx, Cidade - Estado, neste ato representada por **REPRESENTANTE LEGAL**, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade nº 000.0000 XXXX/XXX e do CPF/MF nº 000.000.000-00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e avençado, e celebram por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, Lei complementar nº 123/2006 e demais legislações pertinentes, o contrato XX, conforme Termo de homologação datado de xx de xxxxxx de 20xx e especificações do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 90040/2026 e seus anexos, Processo nº 23.29.000046579-1**, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1. Aquisição de equipamentos e insumos para implementação do laboratório de diagnóstico molecular e sorológico de acordo a disponibilidade do recurso repassado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS N 1.877, de 17 de novembro de 2023 e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, para atender às necessidades da Diretoria de Vigilância em Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde na modalidade pregão eletrônico, com entrega em parcela única (pronta-entrega- 14.133/2021), conforme especificações e quantidades e demais requisitos estabelecidos no edital e seus anexos.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação de seu extrato no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.
- 2.2. Para que haja o devido controle do prazo de vigência contratual, deverá ser anexado aos autos cópia da publicação do extrato contratual no PNCP e no sítio eletrônico oficial da administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento da Município de Goiânia, para o exercício de 2026, na classificação nº 2026.2150.10.305.0089.2119.44905200.107.62.

5. CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco dias) dias corridos, contados após o recebimento da ordem de entrega ou Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e acompanhados dos documentos fiscais respectivos, deve conter, obrigatoriamente, a especificação do item, marca do fabricante e quantidade entregue, bem como o seu acondicionamento, deverá ser entregue em parcela Única.
- 5.2. Na impossibilidade de entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar à Administração as razões respectivas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a entrega, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, no seguinte endereço: Avenida Perimetral Norte, Condomínio Goiazém, Bloco E, Galpão 09 e 10, Vila João Vaz, CEP: 74.425-090, Goiânia.
- 5.4. As entregas deverão ser efetuadas mediante agendamento prévio, através do e-mail ciad.goiania@branetlogistica.com.br.
- 5.5. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- 5.5.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12(doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do

objeto.

**5.5.2.** É de responsabilidade da contratada a instalação, calibração inicial e treinamento para o uso dos (itens 01, 5 e 22 do processo) quando da instalação.

**5.5.3.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**5.5.4.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**5.5.5.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**5.5.6.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**5.5.7.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

**5.5.8.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

**5.5.9.** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

**5.5.10.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**5.5.11.** Os custos decorrentes de intervenções realizadas durante o período de garantia contratual dos equipamentos serão de responsabilidade do Contratado.

**5.5.12.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

**6.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por meio de Portaria, com a nomeação nomeação de servidores da Superintendência de Vigilância em Saúde/Diretoria de Vigilância em Zoonoses/Gerência de Controle de Animais Sinantrópicos, responsáveis pelo pedido, para atuar como fiscais do contrato, e de servidores da Superintendência de Vigilância em Saúde/Diretoria de Vigilância em Zoonoses/Gerência de Controle de Animais Sinantrópicos para exercer a função de gestor(a) do contrato.

**6.4** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.5** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.6** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.7** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.8** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 963, de 2022, art. 15).

**6.9** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 963, de 2022, art. 14, § 1º);

**6.10** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 15, do Decreto nº 963, de 2022).

**6.11** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.12** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato.

**6.13** O gestor e fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 963, de 2022).



**6.14** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 963, de 2022).

**6.15** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 963, de 2022).

**6.16** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Art.13, X do Decreto nº 963 de 2022).

**6.17** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Art. 13, XIV do Decreto 963 de 2022).

**6.18** O descumprimento das obrigações de confidencialidade previstas nesta cláusula ou no Termo de Compromisso, por parte da contratada ou de seus funcionários e colaboradores, implicará na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na legislação vigente.

**6.19** As obrigações de sigilo e confidencialidade permanecerão vigentes mesmo após o término ou rescisão deste contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1. 7.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.4** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.5** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.6** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.8 DA LIQUIDAÇÃO**

**7.8.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

**7.8.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- b)** o prazo de validade;
- c)** a data da emissão;
- d)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- e)** o período respectivo de execução do contrato;
- f)** o valor a pagar; e
- g)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.8.1** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.8.2** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, conforme art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.8.3** Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.8.4** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.8.5** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.8.6** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize a situação fiscal e trabalhista.

### **7.9 PRAZO DE PAGAMENTO**

**7.9.1** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa.

#### **7.10 FORMA DE PAGAMENTO**

**7.10.1** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sendo o este, responsável pelas taxas bancárias referentes a transação na situação em que for indicado banco distinto das contas da Contratante.

**7.10.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.10.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.10.4** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.10.5** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7.10.6** No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo previsto para pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) de correção Monetária.

**7.10.6.1** Não constitui atraso, a interrupção justificada do pagamento, ou seja, quando decorrer de irregularidades causadas pela contratada.

**7.10.7** Os preços praticados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado (07/05/2026), nos termos do Art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.10.8** Os preços decorrentes desta contratação poderão ser reajustados após o período mínimo de 12 (doze) meses, com data base vinculada à data do orçamento estimado.

**7.10.8.1** Após 12 (doze) meses, o Valor contratado poderá ser reajustado utilizando-se do Índice de Preços Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do período.

**7.10.9** Caso o índice pactuado deixe de ser divulgado, ou seja, extinto, as partes poderão, de comum acordo, definir um novo índice que reflita adequadamente as variações econômicas, desde que ele tenha ampla divulgação e seja de uso comum no mercado.

**7.10.10** As regras para o reajuste de preços serão as preconizadas pelo Decreto Municipal nº 5.201, de 22 de novembro de 2023.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1.** A subcontratação será admitida para atender a logística dos serviços de transporte para a entrega dos produtos, tendo em vista que este serviço não corresponde a parcela de maior relevância do objeto.

#### **9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), segundo Estudo Técnico Preliminar. “A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos”.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

##### **10.1. A CONTRATANTE obriga-se a:**

**10.1.1.1.** Efetuar os pagamentos relacionados ao fornecimento, execução e/ou prestação dos serviços indicado no objeto.

**10.1.1.2.** Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do Contrato, dirimindo as dúvidas e orientando em todos os casos de omissão.

**10.1.1.3.** Notificar a CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento ou na execução dos serviços.

**10.1.1.4.** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar suas atividades de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

**10.1.1.5.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência, edital, cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**10.1.1.6.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento e/ou prestação de serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**10.1.1.7.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o Termo de Referência, edital de licitação e legislação vigente.

**10.1.1.8.** Permitir o acesso dos empregados da empresa CONTRATADA às dependências da Secretaria de Saúde para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados.

**10.1.1.9.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA, quando da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

##### **10.2. A CONTRATADA obriga-se a:**

**10.2.1.** Prestar os serviços objeto do contratado, conforme demanda da **CONTRATANTE**, obedecendo às especificações, prazos e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico N° 90040/2026 e proposta ofertada pela **CONTRATADA**;

**10.2.2.** Notificar e enviar à SMS/Goiânia eventuais alterações de sua razão social ou de controle acionário ou mudança de diretoria, Contrato ou Estatuto, enviando as alterações ocorridas no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data do registro de alteração, acompanhada de cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das pessoas jurídicas.

- 10.2.3.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 10.2.4.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 10.2.5.** Relatar à SMS Goiânia toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 10.2.6.** Não permitir a utilização do trabalho de menor.
- 10.2.7.** Manter, durante todo o fornecimento do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no artigo 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/21;
- 10.2.8.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 10.2.9.** Não interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 10.2.10.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 10.2.11.** A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao usuário, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes da ação ou omissão voluntárias, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou preposto;
- 10.2.12.** A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato pelos órgãos competentes da SMS Goiânia não excluem e nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA.
- 10.2.13.** Assumir todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre os objetos contratados, inclusive, os de caráter trabalhista, devendo efetuar os pagamentos na forma e nos prazos estabelecidos em lei.
- 10.2.14.** Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada no fornecimento e no serviço, pelos seus respectivos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, assim como os registros seguros contra riscos de acidente de trabalho, impostos e demais providências, e obrigações necessárias à execução do objeto.
- 10.2.15.** Respeitar todas as orientações do Gestor do Contrato, sujeitando-se a fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.
- 10.2.16.** O prazo de entrega dos bens é de **45 (quarenta e cinco dias) dias corridos**, contados após o recebimento da ordem de entrega ou Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e acompanhados dos documentos fiscais respectivos, deve conter, obrigatoriamente, a especificação do item, marca do fabricante e quantidade entregue, bem como o seu acondicionamento, deverá ser entregue em parcela Única.
- 10.2.17.** **Na impossibilidade de entrega** na data assinalada, a empresa deverá comunicar à Administração as razões respectivas **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a entrega**, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 10.2.18.** Os bens deverão ser entregues no Almoarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, no seguinte endereço: Avenida Perimetral Norte, Condomínio Goiazém, Bloco E, Galpão 09 e 10, Vila João Vaz, CEP: 74.425-090, Goiânia.
- 10.2.19.** As entregas deverão ser efetuadas mediante **agendamento prévio**, através do e-mail [ciad.goiania@branetlogistica.com.br](mailto:ciad.goiania@branetlogistica.com.br).
- 10.2.20.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 10.2.21.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 10.2.22.** Assegurar reserva do percentual de 5% (cinco por cento) das vagas para mão de obra a ser utilizada no cumprimento do respectivo objeto para pessoas em situação de rua, conforme Art. 1º da Lei Municipal nº 10.462, de 11 de fevereiro de 2020.

## **11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1.** O licitante ou o contratado que incorra em infrações, apuradas em regular processo administrativo de responsabilização, se sujeita às respectivas sanções, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 11.2.** Ao contratado que descumprir total ou parcialmente, ainda que temporariamente, as Ao Contratado que descumprir total ou parcialmente, ainda que temporariamente, as obrigações assumidas ou o licitante que cometer atos visando a frustrar os objetivos do certame, serão aplicadas as seguintes sanções:
- I – Advertência;**
- II – Multa;**
- III – Impedimento de licitar e contratar e com o Município e descredenciamento no Registro Cadastral de Fornecedores Pessoas Físicas e Jurídicas da Administração Pública Municipal, de que trata o art. 156, §4º, da Lei n. 14.133/2021 e art. 9º, §3º, do Decreto 966/2022, pelo prazo de até 03 (três) anos.**
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
- 11.3.** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1.** Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou
- 11.3.2.** Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 11.4.** Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

**11.5.** A Contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação aos prazos fixados no contrato ou no instrumento convocatório será aplicado multa de mora de 0,5% (cinco décimos percentuais) ao dia, cumuláveis até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela entregue ou executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, podendo ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas.

**11.5.1.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no art. 5º do Decreto nº 966/2022.

**11.6.** Ultrapassado o prazo máximo previsto no subitem anterior, pela inexecução parcial do objeto do contrato será aplicado multa percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da prestação não cumprida nos seguintes percentuais:

**11.6.1.** Do 16º ao 20º dia, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação não cumprida;

**11.6.2.** Do 21º ao 25º dia, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação não cumprida;

**11.6.3.** Do 26º ao 30º dia, multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor da prestação não cumprida;

**11.7.** Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias e até 30 (trinta) dias no cumprimento do prazo estabelecido em contrato para a entrega de bens ou execução de serviços.

**11.8.** Considera-se inexecução total o atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias no cumprimento do prazo estabelecido em contrato para a entrega de bens ou execução de serviços.

**11.9.** A inexecução total do objeto do contrato implicará a aplicação de multa compensatória no percentual de 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

**11.10.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

**11.10.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**11.10.2.** Der causa à inexecução total do contrato;

**11.10.3.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**11.10.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**11.10.5.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

**11.10.6.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**11.11.** A sanção prevista no subitem 11.10, impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.12.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

**11.12.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**11.12.2.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; natureza;

**11.12.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**11.12.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**11.12.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.13.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

**11.14.** A sanção prevista no item 11.12, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Goiânia, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**11.15.** A Sanção de inidoneidade não afasta a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

**11.16.** Possibilidade de retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

## **12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**12.1.** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

**12.1.1.** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

**12.2.** A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

**12.2.1.** A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

**12.2.2.** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE GOINÂNIA, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

**12.2.3.** Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

**12.2.4.** Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

**12.3.** A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o MUNICÍPIO DE GOINÂNIA está exposto.

**12.3.1.** A critério do MUNICÍPIO DE GOINÂNIA, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**12.4.** A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

**12.4.1.** A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do MUNICÍPIO DE GOINÂNIA e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

**12.4.2.** A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE GOINÂNIA, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

**12.5.** A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estará disponível em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE GOINÂNIA, mediante solicitação.

**12.5.1.** A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do MUNICÍPIO DE GOINÂNIA, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

**12.6.** A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

**12.6.1.** Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

**12.7.** A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

**12.8.** A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE GOINÂNIA a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

**12.8.1.** A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

**12.9.** Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE GOINÂNIA e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

**12.10.** A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE GOINÂNIA para as finalidades pretendidas neste contrato.

**12.11.** A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE GOINÂNIA.

**12.11.1.** Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO**

**13.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**13.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**13.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

**13.3.1.** Ficarão ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**13.3.2.** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

**13.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.5.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**13.6.** O CONTRATANTE poderá ainda:

- 13.6.1.1.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato; e
- 13.6.1.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, reter créditos de outros contratos vigentes;
- 13.7.** Aplica-se à extinção do contrato a seção VI da IN nº 04/2022/SEMAD.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

**14.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA APRECIÇÃO DA CGM

**15.1.** O presente Instrumento será objeto de apreciação pela Controladoria Geral do Município, não se responsabilizando o CONTRATANTE, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO

**16.1.** Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual, os termos do Edital do Pregão Eletrônico N° 90040/2026 e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA APRECIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

**18.1.** O presente Instrumento será enviado ao Tribunal de Contas dos Municípios pela Plataforma COLARE, na forma e no prazo previstos na Instrução Normativa nº 12, de 12 de dezembro de 2018, ou outra que a substitua;

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

**19.1.** Para as questões resultantes do instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, Município de Goiânia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

**GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA**, aos xx dias do mês de xxxxxx de 20XX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
<b>CONTRATANTE</b>	<b>CONTRATADA</b>

#### TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
<b>CPF</b>	<b>CPF</b>



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 26/05/2026, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **10148977** e o código CRC **6166494C**.

